



OS INTERESSES E AS DETERMINAÇÕES DO ESTADO HEGEMÔNICO NA IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS AOS PRODUTORES ATINGIDOS

Marcio José de BARROS¹
Roberto Antonio DEITOS²
<https://orcid.org/0000-0001-9150-6354>

Resumo: O presente estudo é parte integrante da dissertação de Mestrado em andamento do programa de pós-graduação stricto sensu em educação, nível de Mestrado e Doutorado/PPGE – UNIOESTE - Campus de Cascavel - PR, e tem como objetivo analisar os interesses e as determinações do Estado hegemônico, bem como suas contradições na implantação de usinas hidrelétricas, referente impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais ocasionados aos produtores rurais atingidos pelo alagamento das mesmas. Neste estudo focaremos primordialmente dois contextos específicos sendo: Usina Hidrelétrica Salto Caxias e Baixo Iguaçu, no oeste e sudoeste do Paraná.

Palavras Chave: Produção de energia hidrelétrica. Determinações estatais. Contradições do Estado Hegemônico. Consequências socioambientais econômicas e culturais.

Abstract: The present study is an integral part of the Master's dissertation in progress of the stricto sensu postgraduate program in education, Master and Doctorate level / PPGE - UNIOESTE - Cascavel Campus - PR, and aims to analyze the interests and determinations of the program. Hegemonic state, as well as its contradictions in the implementation of hydroelectric plants, regarding social, environmental, economic and cultural impacts caused to rural producers affected by flooding. In this study we will focus primarily on two specific contexts: Salto Caxias and Baixo Iguaçu Hydroelectric Power Plant, in western and southwestern Paraná.

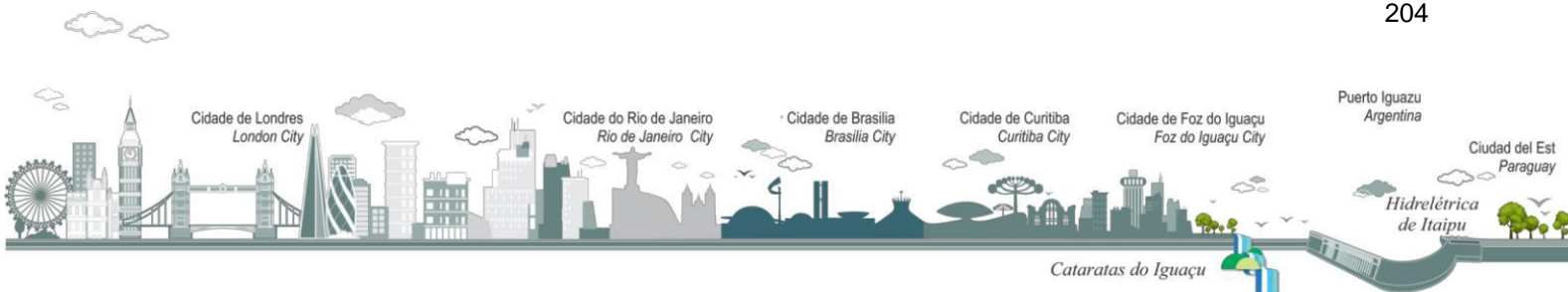
Key Words: Hydroelectric power production. State determinations. Hegemonic State contradictions. Socio-environmental economic and cultural consequences.

INTRODUÇÃO

A capacidade de geração de energia elétrica no Brasil segundo a ANEEL (2018) é de 159.971.416 kW de potência instalada, sustentada por 7.125

¹Mestrando na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus Cascavel. marciojosebarros@live.com.

²Prof^a Dr^a do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Mestrado e Doutorado/ PPGR, Campus Cascavel. rdeitos@uol.com.br.





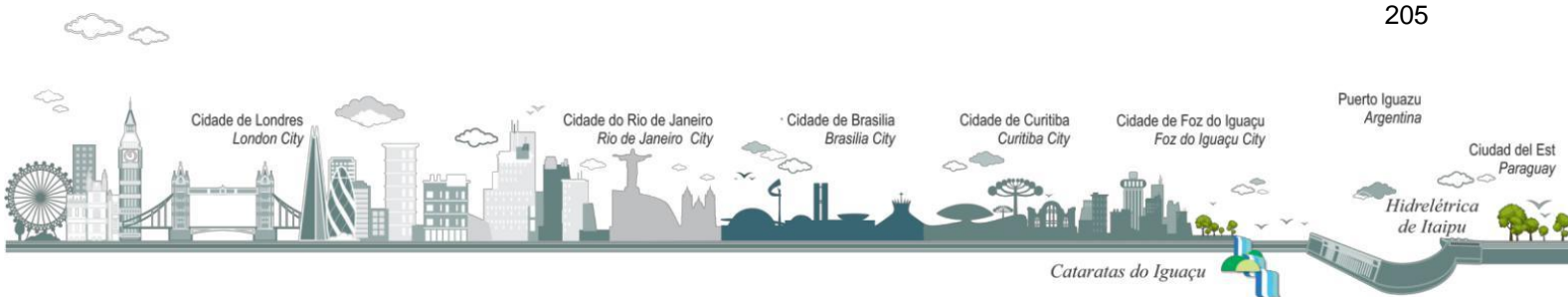
empreendimentos em operação. Deste potencial 63,97% estão concentrados em geração de energia hídrica produzida por: Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH.

Pequenas Central Hidrelétricas – PCH e Usinas Hidrelétricas – UEH. Cabe ressaltar que as UEH produzem 60,26% do total de energia elétrica produzida no país, sendo esta modalidade de produção de hidroeletricidade, nosso foco de estudo, pois estes empreendimentos deixam suas marcas sociais, ambientais, econômicas e culturais, e se faz uma realidade necessária de ser observada pois ainda está previsto para os próximos anos uma adição de 3.874.068 kW na capacidade de geração hidrelétrica do País, proveniente de 42 empreendimentos atualmente em construção e mais 124 em Empreendimentos com construção não iniciada. Do total de empreendimentos em construção 06 são UEH e do total de empreendimentos com construção não iniciada 07 são UEH.

A eficiência no uso da energia, em especial a elétrica, está em pauta de forma mais direcionada e consistente desde a crise do petróleo na década de 70, quando ficou claro que “as reservas fósseis não seriam baratas para sempre, nem o seu uso seria sem prejuízos para o meio ambiente” (PNE,2007, p. 13).

A política energética que foi desenvolvida pelo Estado neste contexto, tem como pano de fundo o cenário social da ditadura militar. Desta forma manifesta traços marcantes da Hegemonia e autoritarismo do Estado, como por exemplo decisões hierarquizadas, tomadas em gabinete sem uma análise aprofundada dos impactos socioambientais e econômicos da implantação destes empreendimentos e sem a participação da população diretamente envolvida em suas consequências.

O planejamento de construção de usinas hidrelétricas, está diretamente ligado a atender os interesses do Estado na manutenção do desenvolvimento econômico, visto que 71,19 % da produção energética está direcionada a grandes consumidores (EPE,2017, Consumo nacional de energia elétrica na rede por classe). Mediante isso a implantação destes empreendimentos visa sempre enfatizar os pontos positivos da geração de hidroeletricidade e minimizar os impactos sociais negativos e nocivos a





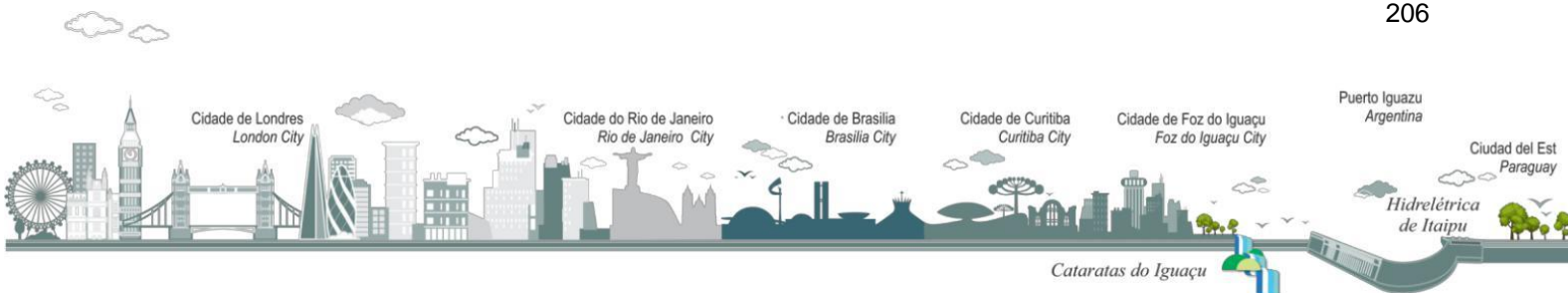
população que sofre as transformações decorrentes das obras. Desta forma a avaliação dos impactos sociais não é prioridade no planejamento de obras de geração de energia pelas empresas do setor.

Como medidas para o início das atividades de produção hidrelétrica torna-se necessário o represamento das águas para formação do lago hidrelétrico. Esse represamento necessita a desocupação das terras e a retirada dos produtores que ali desenvolvem suas atividades. Esse deslocamento visa atender as necessidades do capital em avolumar a produção de energia para atender o complexo produtivo industrial, potencializando a geração e acumulação de renda, direcionamentos principais da sociedade capitalista.

Nesse sentido ao atender as demandas capitalistas e ampliar a geração de lucro, o Estado minimiza os direitos dos atingidos, pois estes são percebidos como consequências que devem necessariamente ser superadas para atingir os objetivos primários. Desta forma as populações atingidas pelo represamento são compulsoriamente deslocadas e, junto com isso, são obrigadas a mudar hábitos, rotinas, funções produtivas e relações sociais, gerando consequências sociais, ambientais, econômicas e culturais.

Confirmando isso Sigaud (1989, p. 56) aponta que essa política energética, “tem a curiosa particularidade de gerar não apenas hidroeletricidade, mas também efeitos sociais, perversos”, desta forma o social, ocupa uma posição de subordinação a necessidade econômica de geração de energia pelas empresas, sendo que “as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população”(SIGAUD,1989, p.60).

Mas esses fatos são deturpados, e para construir um cenário de apoio social, a construção de usinas hidrelétricas, o Estado e as empresas responsáveis pela construção das obras buscam sua legitimação, evidenciando fatores como a busca pelo progresso e desenvolvimento econômico, o que escamoteia e minimiza os impactos socioambientais e econômicos relevantes, ocorridos nas localidades onde são instaladas as unidades de produção e que afetam toda a sociedade.





Segundo isso, Queiroz (2000, Pg.7) aponta que, “o enchimento de reservatórios tem levado ao esvaziamento da vida de milhares de pessoas, a despeito das insuficientes e amiúde equivocadas ações compensatórias a elas dirigidas pelo poder público”.

Nesse sentido, a problemática desta pesquisa visa analisar as determinações e contradições socioeconômicas referentes à implantação da infraestrutura de produção de energia hidrelétrica na região oeste do Paraná, analisando como o Estado se apresenta nessa relação entre demandas capitalistas pelo fomento ao metabolismo do sistema e as demandas sociais por garantir o atendimento social adequado aos produtores atingidos pelas usinas.

METODOLOGIA

O presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, social e de campo.

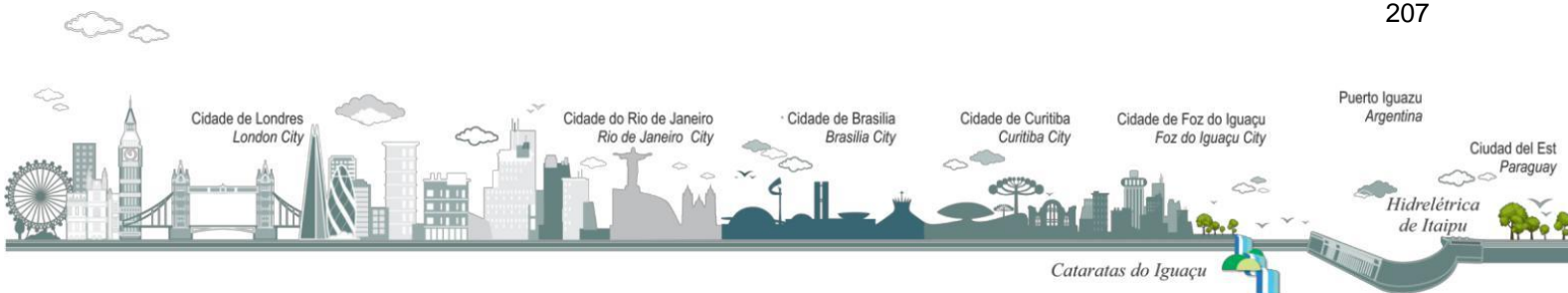
Bibliográfica pois será desenvolvida “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e arquivos científicos” (GIL, 2008, p.50) como também documentos legais referentes a produção de energia hidrelétrica.

Qualitativa pois tem a preocupação, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, e centra-se na compreensão e explicação dinâmica das relações sociais, visando transcrever o dinamismo da vida social e coletiva e seus significados, pois sem interpretação e significado, não há ação social.

Social pois segundo Minayo (2002) esse tipo de pesquisa permite perceber o dinamismo da vida individual e coletiva, percebendo toda a riqueza destas relações e os significados dela transbordantes pois “Essa mesma realidade é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO, 2002, p. 15).

E de campo, pois tem por base a utilização de entrevista estruturada com vinte e cinco questões, à vinte e quatro famílias de produtores rurais atingidos pelas usinas

207





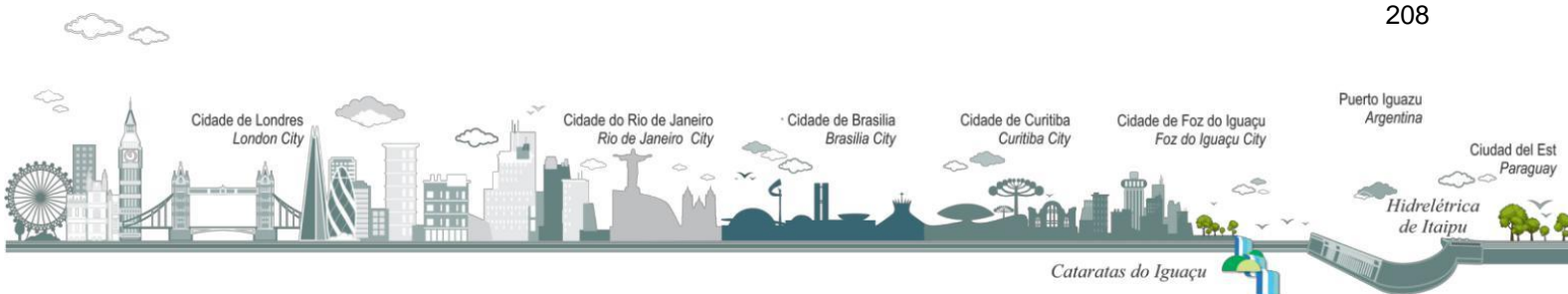
hidrelétricas de Salto Caxias e Baixo Iguaçu. Essa dinâmica segundo Gil (2008) possibilita o aprofundamento muito maior das questões propostas, pois partem da realidade e de suas vivências e significados únicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do parque hidrelétrico brasileiro ocorreu na década de sessenta, impulsionado pela crise do petróleo que se instaura nesse período e está diretamente ligado a necessidade de fomento ao metabolismo do Estado Hegemônico. Esse cenário econômico demandava de forma urgente o desenvolvimento de uma nova fonte energética com o objetivo de alimentar o mercado industrial crescente. “Grandes empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc) estavam se instalando no país e exigiam as condições de infraestrutura, nesse caso em especial, energia elétrica” (MAB NACIONAL, 2011).

Neste contexto a necessidade de contemplar o crescimento econômico se sobrepõe as necessidades sociais ampliando a restrição dos direitos sociais e a sua violação. Mediante a necessidade estatal em fornecer a energia necessária para abastecer o mercado produtor de bens, fomentando o crescimento econômico. Fica claro o descaso e desalento e a imposição do Estado hegemônico sobre os atingidos pelas barragens.

Nessa conjuntura a insatisfação que tomava conta dos produtores atingidos, promove a constituição de diversos focos de resistência social, que se constituem nos Movimentos dos Atingidos por Barragens locais, que tem por objetivo lutar pela garantia e defesa de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais dos produtores rurais atingidos por barragens. Emerge assim um movimento de contraponto as determinações do Estado.





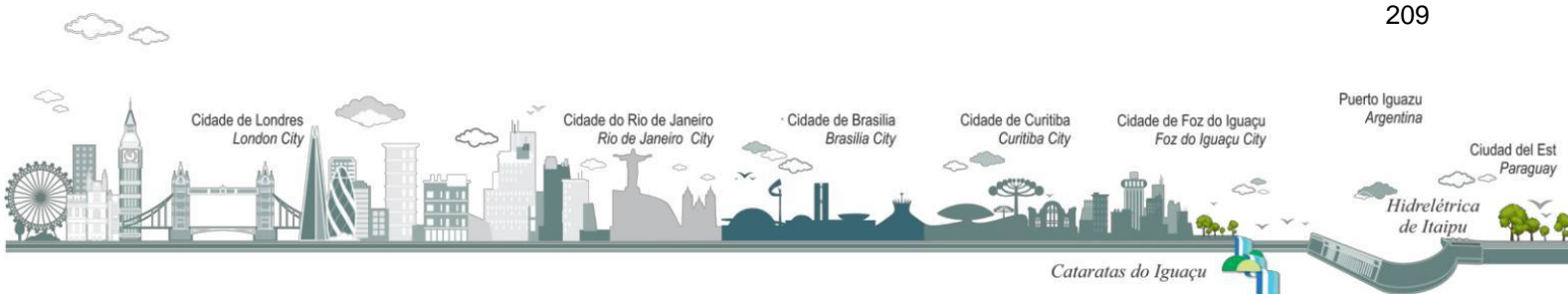
Esse movimento ao se fortalecer, opõem-se aos objetivos do Estado pois ganha força e representação, mas não se constitui como um movimento social perene, mas momentâneo, pois é determinado pelos limites do capital.

Essa pressuposição é fortalecida ao realizar estudo de campo com produtores rurais atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e Baixo Iguaçu. Nesse estudo percebemos que após o alcance dos objetivos focais que estruturam o movimento, a articulação social acaba se perdendo e o movimento se desestrutura ao ponto que os próprios atingidos não se percebem mais como parte integrante do movimento social.

Essa fragilização está diretamente interligada ao controle social imposto pelo Estado, que limita qualquer ação que extrapole os interesses estatais estabelecidos. Assim, percebemos que a questão econômica e de manutenção do metabolismo capitalista sempre esteve em relevância em comparação as questões sociais e ambientais, sendo estas consideradas apenas como consequências necessárias a serem superadas para alcançar as metas impostas pelo modelo socioeconômico hegemônico. Desta forma, apenas mediante a organização social dos atingidos e grandes enfrentamentos e oposição aos objetivos políticos e econômicos dominantes, que se pode auferir alguma conquista social pelas pessoas atingidas por barragens, contudo salienta-se que os impactos ambientais tornam-se apenas consequências a serem superadas para alcançar as determinações sociais vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos ao analisar este contexto social de determinações e lutas sociais que os delineamentos do Estado no planejamento dos custos de implantação e contenção dos riscos sociais acontecem mediante o desenvolvimento de Políticas Públicas compensatórias que reduzem a visibilidade dos impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais sofridos pelos produtores rurais atingidos pelo alagamento das usinas.





Desta forma o Estado hegemônico tem por primazia atender a demanda econômica do capital em detrimento a perdas sociais, políticas, econômicas e culturais sofridas pelos produtores rurais atingidos pelo alagamento ocasionado da formação do lago hidrelétrico. Os movimentos sociais que se originam desse cenário de descaso, embasados pela educação popular, se contrapõem as decisões do poder hegemônico, se tornando importante instrumento de luta social. Contudo não tem força suficiente para superar a dominação imposta pelo sistema capitalista. Nesse sentido, torna-se necessário encontrar formas de fortalecer a educação popular e os movimentos sociais se tornem perenes e não se fragmentem com o tempo e a ação continua do poder hegemônico dominante.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Capacidade de geração no Brasil, 2017**. Disponível em: < <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm> > Acesso em novembro 2017

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília, 2007.

EPE. **Consumo nacional de energia elétrica na rede por classe: 1995 – 2018**. Disponível em: <<http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Consumo-Anual-de-Energia-Eletrica-por-classe-nacional>> Acesso em: 31 de agosto de 2019

SIGAUD, L. **A política 'social' do setor elétrico**. Sociedade e Estado, v.4, n.1, p.55-71, jan., 1989.

QUEIROZ, R. da S. Apresentação. In: REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAB. **Final da década de 70: os primeiros passos**. Disponível em: <www.mabnacional.org.br> Acesso em: 31 de agosto de 2019.

